

O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DA CIDADE DE PARAUAPEBAS, NO PARÁ

Priscilla Maciel dos Santos

Unifesspa | arq.priscillamaciel@gmail.com

Wendell Trindade Rocha

Unifesspa | wendellrocha18@gmail.com

Sessão Temática 04: Metropolização do espaço: planejamento, governança e gestão

Resumo: A metropolização é um processo espacial que não se limita às grandes metrópoles, alcançando cidades médias, pequenas e até áreas rurais, integrando-as à lógica econômica global. Inicialmente impulsionada pelo crescimento urbano e políticas de planejamento, a metropolização brasileira tomou força com a criação das primeiras Regiões Metropolitanas (RMs) nos anos de 1970. Esse processo ultrapassa a urbanização tradicional, trazendo demandas de serviços, circulação de informações e reorganização do território. Atualmente, a metropolização é vista tanto como ferramenta de desenvolvimento regional, ao consolidar funções públicas comuns, quanto como uma força de transformação social e econômica, que redefine a ocupação e as relações em diversas escalas do espaço urbano e rural. Parauapebas, no sudeste do Pará, é um polo mineral significativo, impulsionado pela exploração da Vale S/A e com um rápido crescimento populacional, destaca-se pela centralidade regional, atraindo pessoas e serviços de municípios vizinhos. O processo de metropolização tem gerado transformações culturais e urbanísticas, como o surgimento de bairros de luxo e a padronização de espaços comerciais. A cidade está se tornando cada vez mais um centro de serviços, com uma crescente segregação social e territorial, onde as dinâmicas de consumo e cultura metropolitana se difundem, afetando a paisagem urbana.

Palavras-chave: metropolização, Parauapebas, desenvolvimento regional.

THE METROPOLITANIZATION PROCESS OF THE CITY OF PARAUAPEBAS, IN PARÁ

Abstract: *Metropolization is a spatial process that is not limited to large metropolises, reaching medium and small cities and even rural areas, integrating them into the global economic logic. Initially driven by urban growth and planning policies, Brazilian metropolization gained strength with the creation of the first Metropolitan Regions (RMs) in the 1970s. This process goes beyond traditional urbanization, bringing demands for services, circulation of information and reorganization of the territory. Currently, metropolization is seen both as a tool for regional development, by consolidating common public functions, and as a force for social and economic transformation, which redefines occupation and relationships at different scales of urban and rural space. Parauapebas, in the southeast of Pará, is a significant mineral hub, driven by the exploration of Vale S/A and with rapid population growth, it stands out for its regional centrality, attracting people and services from neighboring municipalities. The metropolization process has generated cultural and urban transformations, such as the emergence of luxury neighborhoods and the standardization of commercial spaces. The city is increasingly becoming a service center, with growing social and territorial segregation, where the dynamics of consumption and metropolitan culture are spreading, affecting the urban landscape.*

Keywords: metropolization, Parauapebas, regional development.

EL PROCESO DE METROPOLIZACIÓN DE LA CIUDAD DE PARAUAPEBAS, EN PARÁ

Resumen: *La metropolización es un proceso espacial que no se limita a las grandes metrópolis, alcanzando ciudades medianas y pequeñas e incluso zonas rurales, integrándolas a la lógica económica global. Inicialmente impulsada por políticas de crecimiento y planificación urbana, la metropolización brasileña ganó fuerza con la creación de las primeras Regiones Metropolitanas (RM) en la década de 1970. Este proceso va más allá de la urbanización tradicional, trayendo consigo demandas de servicios, circulación de información y reorganización del territorio. Actualmente, la metropolización es vista como una herramienta para el desarrollo regional, al consolidar funciones públicas comunes, y como una fuerza de transformación social y económica, que redefine la ocupación y las relaciones en diferentes escalas del espacio urbano y rural. Parauapebas, en el sureste de Pará, es un importante polo minero, impulsado por la exploración de Vale S/A y con un rápido crecimiento poblacional, se destaca por su centralidad regional, atrayendo personas y servicios de los municipios vecinos. El proceso de metropolización ha generado transformaciones culturales y urbanas, como el surgimiento de barrios de lujo y la estandarización de espacios comerciales. La ciudad se está convirtiendo cada vez más en un centro de servicios, con una creciente segregación social y territorial, donde las dinámicas de consumo y cultura metropolitana se extienden afectando el paisaje urbano.*

Palabras clave: metropolización, Parauapebas, desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

Segundo Santos Filho (2018), a metropolização não é um fenômeno restrito à metrópole nem ocorre de forma isolada. Ela ultrapassa os limites geográficos da grande cidade, envolvendo dinâmicas e processos que se espalham para outras áreas, impactando e difundindo estilos de vida típicos das regiões metropolitanas.

A maioria das pesquisas sobre o assunto concentra-se nas grandes metrópoles, pois, conforme Lencioni (2021), esse processo é mais evidente e pronunciado nas grandes cidades, embora não se limite a elas.

As primeiras Regiões Metropolitanas (RMs) surgiram como parte de uma política econômica federal de desenvolvimento nacional, moldada pelo autoritarismo político e pela centralização financeira, sem consultar a sociedade civil. Assim, o caráter político na definição das áreas metropolitanas é perceptível desde o início, pois a seleção dos espaços foi baseada em critérios técnicos, mas com fragilidades evidentes, como nos casos das RMs de Belém e Curitiba, cujas dinâmicas metropolitanas na época eram menos intensas em comparação a outros centros, como Brasília, que foi excluída desse processo de institucionalização federal (MOURA et al., 2003).

Neste contexto, Costa (2013) afirma que as Regiões Metropolitanas (RMs) criadas no Brasil durante a década de 1970 já possuíam em sua estrutura institucional um enfoque no estímulo ao desenvolvimento regional, uma vez que receberam incentivos e apoio para se consolidarem como polos regionais e nacionais. Essas RMs receberam tratamento prioritário, o que resultou na alocação de diversos recursos para o fortalecimento desses espaços, em detrimento de outras áreas. O autor destaca que a estratégia de criação dessas RMs foi bem-sucedida, pois os territórios metropolitanos associados a elas permanecem como os mais significativos do país, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, em termos de Produto Interno Bruto (PIB).

Após a redemocratização, o caráter político e regional da criação das Regiões Metropolitanas (RMs) se intensificou no Brasil. Essa mudança resultou em maior autonomia para estados e municípios, que passaram a definir as diretrizes que melhor atendem às suas realidades locais, possibilitando a implementação de ações estratégicas em seus territórios. Essa transformação também causou alterações significativas no cenário metropolitano do país, uma vez que a falta de critérios claros para a criação de RMs levou ao aumento de sua quantidade. A transferência dessa responsabilidade para os estados não foi acompanhada da criação de mecanismos institucionais capazes de estabelecer sistemas de governança

eficazes para lidar com os problemas comuns aos municípios que fazem parte dessas regiões (CASTRO, 2023).

Castro (2023) destaca que a região metropolitana passou a ser definida como um instrumento por decisão institucional estadual, com o objetivo de orientar políticas públicas voltadas para o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional. No entanto, a criação das RMs tem sido influenciada por interesses políticos, frequentemente desconectados da realidade local, o que gera um conflito entre a perspectiva teórica da espacialidade e as questões relacionadas à institucionalização dessas áreas.

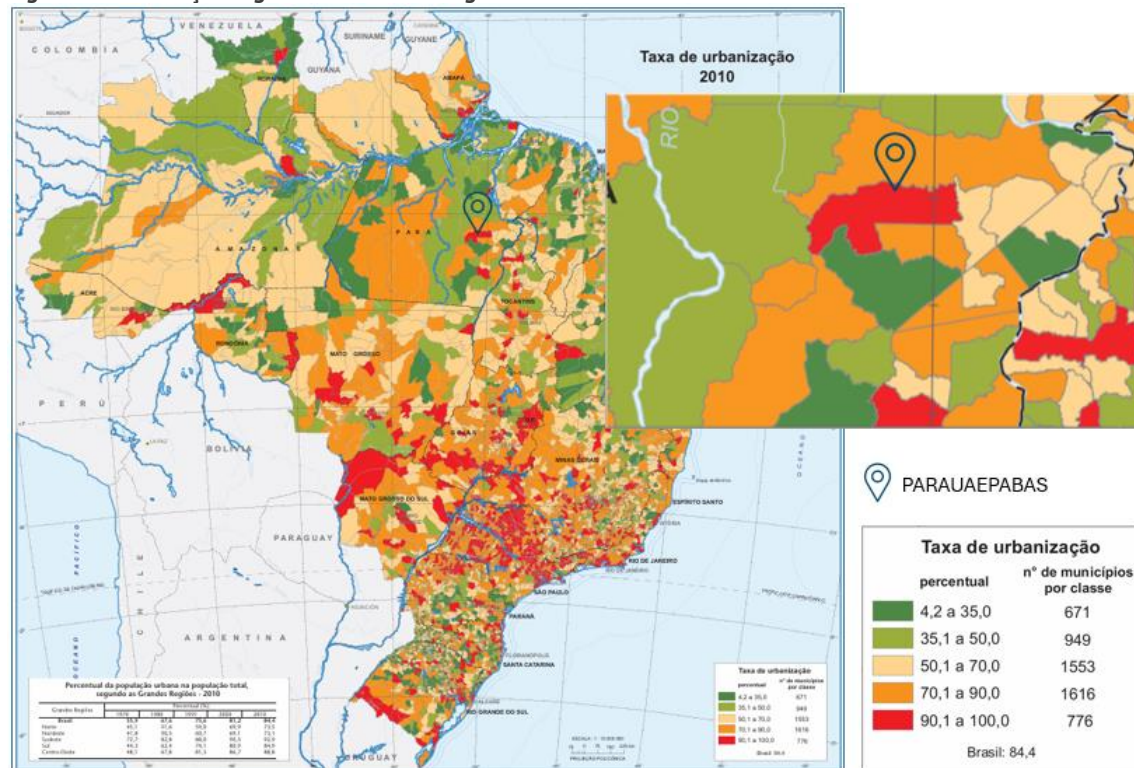
Os parâmetros nacionais para a definição e delimitação das regiões metropolitanas foram estabelecidos em 2015 com a aprovação do Estatuto da Metrôpole, por meio da Lei nº 13.089/2015. Esta lei foi criada para regulamentar as aglomerações urbanas, tanto metropolitanas quanto não metropolitanas, e suas institucionalizações, com o objetivo de organizar, planejar e executar as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Além disso, ela complementa o Estatuto da Cidade, especialmente no que se refere à governança dos grandes centros urbanos do Brasil.

A Região Norte conta com 10 regiões metropolitanas estabelecidas em seu território. Destas, cinco foram criadas na primeira década do século XXI, incluindo a RM de Manaus, RM de Macapá, RM da Capital, RM Central e RM do Sul do Estado.

Embora não esteja no nível das grandes metrópoles, Parauapebas já apresenta características que indicam um processo de metropolização em andamento. Com uma taxa de urbanização superior a 90,1% (IBGE, 2010), o município superou a transição entre o urbano e o rural. Além disso, experimenta uma expansão territorial e crescimento vertical, com a

presença de grandes redes varejistas em seus limites, atraindo consumidores de áreas vizinhas.

Figura 1: Urbanização segundo o Censo demográfico 2010.



Fonte: Atlas do Censo Demográfico 2010. Adaptador pela Autora.

Embora Parauapebas não seja uma metrópole, devido à ausência de serviços especializados e de um polo de inovação de destaque, ela está conectada à economia global como um ponto estratégico na rede urbana, podendo ser considerada, como será discutido, um espaço metropolizado em menor escala.

As mudanças recentes em Parauapebas revelam um dinamismo urbano crescente, o que justifica a necessidade de um acompanhamento mais atento, tanto por parte do Estado, na criação de políticas públicas para os municípios da região, quanto por parte dos pesquisadores que estudam a temática metropolitana, com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por esses espaços.

SOBRE A METROPOLIZAÇÃO E A URBANIZAÇÃO

Lencioni (2006) explica que o termo metropolização se refere a um processo contínuo e dinâmico, relacionado ao espaço, que está intimamente ligado a três outros processos: a globalização econômica, a reestruturação produtiva e a reorganização territorial.

Esse processo envolve uma organização espacial alinhada à lógica da acumulação capitalista atual, manifestando-se por meio da intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e

capitais, além do crescimento das atividades de serviços, da demanda por trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e do uso de tecnologias de informação e comunicação (CASTRO, 2023).

Conforme Clementino (2016), as diretrizes institucionais estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 14/1973, que possibilitaram a criação das primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, surgiram em resposta ao rápido crescimento das grandes cidades, ao processo acelerado de conurbação e ao aumento da atuação do Estado nacional.

Inicialmente, foram incluídos os principais centros urbanos do país, ou seja, aqueles que, na época, apresentavam os mais altos índices de urbanização, industrialização e dinamismo populacional, conforme o estudo das Regiões Funcionais Urbanas. Além desses fatores predominantes, é relevante observar que a escolha das capitais estaduais como sede dessas áreas indica um caráter político na formação das primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil (CASTRO, 2023).

Segundo Castro (2023), a expansão desses arranjos institucionais nas últimas décadas resulta de uma dinâmica que integra aspectos políticos-administrativos, econômicos e regionais. Esse processo também reflete um novo modelo de regionalização, no qual cidades de porte médio emergem como núcleos centrais das Regiões Metropolitanas (RMs). A liderança dessas cidades no cenário metropolitano atual se deve a fatores como seu dinamismo econômico, influências políticas e importância regional, especialmente pela oferta de serviços.

Para Sposito (2006), essa perspectiva traz à tona o discurso da metropolização em áreas além das grandes metrópoles e levanta questões sobre a criação de Regiões Metropolitanas em torno de cidades médias. Esse debate é desafiador, pois, em teoria, as cidades médias são vistas como o oposto do fenômeno metropolitano. No entanto, o atual processo de metropolização tem promovido novas configurações urbanas, envolvendo uma variedade de processos espaciais e redefinindo as funções das metrópoles, com estruturas e dinâmicas que reafirmam o espaço urbano como palco das relações sociais de produção.

Conforme Lencioni (2006), a metrópole contemporânea configura-se como uma forma urbana de grande porte, caracterizada por uma vasta população e constante expansão territorial. Ela concentra uma diversidade de atividades econômicas, com ênfase nos serviços de alto nível, e é um importante centro de inovação. Além disso, exerce forte controle sobre os fluxos de informação e comunicação e atua como um ponto central para transportes, consumo, inovação e poder.

A autora também aponta que vivemos em um novo contexto em que o processo dominante é a metropolização do espaço, que não implica o fim da urbanização, que ainda transforma o território. Porém, o que caracteriza o momento atual é a prevalência da metropolização sobre a urbanização.

Conhecido como uma segunda fase da urbanização, o processo de metropolização do espaço representa uma continuidade da urbanização. O termo "metrópole" se refere diretamente à cidade, enquanto "metropolização" se relaciona ao espaço. Esse processo socioespacial amplia a lógica urbana a espaços que, direta ou indiretamente, passam a se integrar à dinâmica metropolitana, transformando cidades em metrópoles e, simultaneamente, regionalizando-se. Assim, ao nos referirmos à metropolização, falamos de uma transformação que ocorre no espaço, e não apenas na cidade (LENCIONI, 2006).

Lencioni (2008) ressalta que, ao destacar a metropolização como a fase mais avançada do processo de urbanização, embora a urbanização continue a moldar o território, o processo que define o momento atual é mais a metropolização do que a urbanização propriamente dita.

Para Castro (2023), a metropolização pode servir como uma ferramenta de desenvolvimento territorial quando as regiões metropolitanas são definidas com o objetivo de planejar as "funções públicas de uso comum", como transporte coletivo, gestão de resíduos sólidos, saneamento básico e, em alguns casos, políticas urbanas e habitacionais. Como instrumento político, ela tem o poder de "forjar a região metropolitana", já que sua definição, antes da efetiva metropolização, pode influenciar os atores políticos, econômicos e sociais da região a repensarem suas ações a partir de uma nova escala territorial.

Leopoldo (2017) afirma que estamos vivenciando um novo paradigma, no qual a base espacial é metropolitana, a potência econômica é o setor financeiro, o fundamento cultural é o pós-modernismo e a conexão essencial é a informação, enquanto Moura (2016) destaca que a condição metropolitana vai além das formas espaciais, abrangendo as relações sociais, políticas, culturais e econômicas, criando uma espacialidade diversificada que se espalha por todo o território.

O PAPEL DE PARAUAPEBAS NA REDE URBANA DA REGIÃO DE CARAJÁS

Ao longo da história, o espaço amazônico tem sido moldado pelas diversas ações de colonização realizadas pelas metrópoles dos países capitalistas, por meio da introdução de lógicas socioprodutivas e da imposição de paradigmas de desenvolvimento externos à região (Becker, 2013). Os ciclos econômicos que ocorreram na região, voltados para a exportação de produtos extrativistas, geraram diversas transformações na organização do espaço, resultando em variações nos ritmos de crescimento das cidades amazônicas. Esses ciclos, no entanto, foram marcados por expansões intermitentes e pouco consolidadas, sem uma estruturação duradoura (LIMA & ROLIM, 2023).

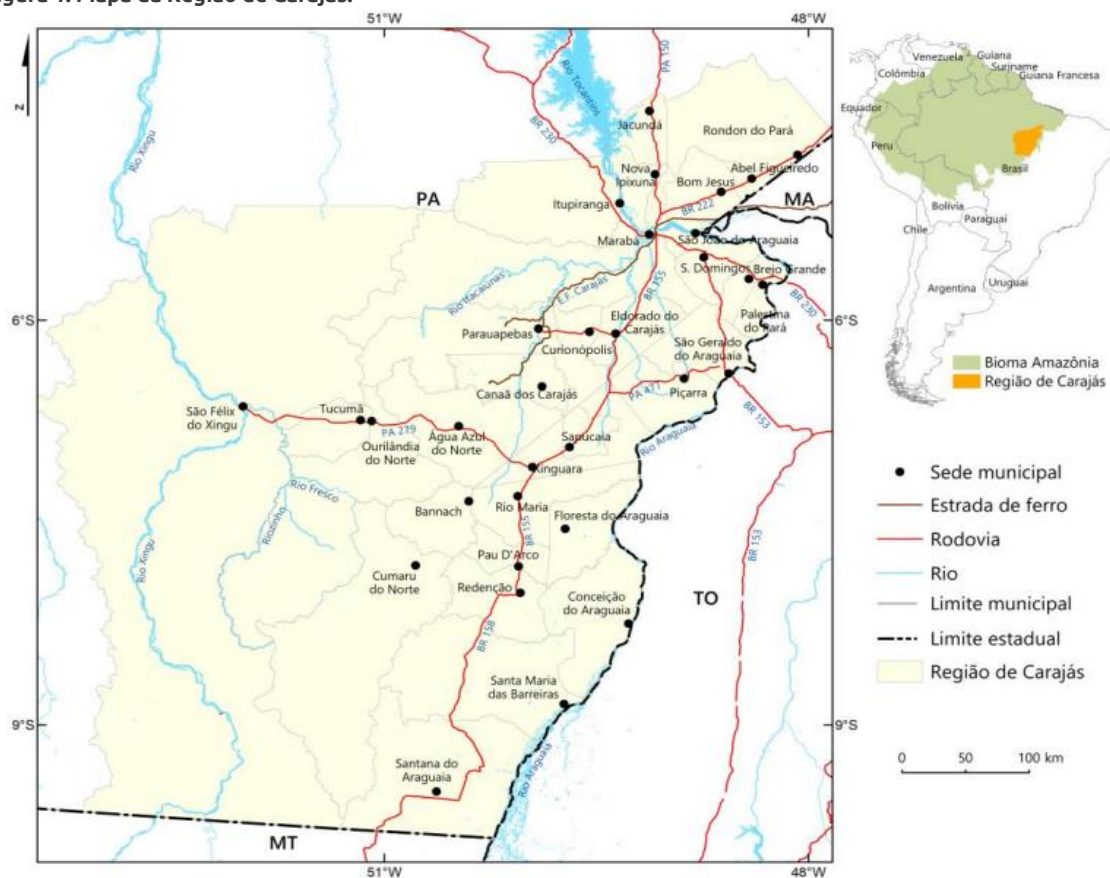
Da década de 1960 em diante, percebe-se uma difusão mais clara de valores e práticas urbano-industriais com a integração da região amazônica na dinâmica econômica nacional, por meio de grandes projetos de capital intensivo e da expansão da fronteira urbana. Isso resultou na criação de novos núcleos urbanos e no crescimento das cidades médias e grandes.

O modelo de organização da rede urbana regional, que antes era dendrítico, passou a ser estruturado por ferrovias e rodovias, alterando significativamente a configuração socioterritorial entre a cidade e o campo (TRINDADE JUNIOR, 2015).

O crescimento da fronteira urbana na Amazônia, com base no modelo rodoviarista, provocou transformações no espaço regional, com a introdução do extrativismo, seguida pela agricultura, pecuária e, mais recentemente, pela mineração e geração de energia hidrelétrica. Essas atividades, conectadas aos mercados nacional e internacional, foram determinantes na formação de regiões fronteiriças, criando territórios que se interrelacionam de maneira única. Esse processo contribui para o surgimento de identidades e práticas sociais específicas, que, por sua vez, se inserem de forma distinta no espaço global (LIMA & ROLIM, 2023).

Segundo a conformação de Monteiro e Silva (2023), a região de Carajás localiza-se na Amazônia e é composta por 32 municípios, com uma rede urbana centrada na cidade de Marabá. Essa formação resulta de ajustes espaçotemporais baseados na organização de infraestruturas espaciais, sociais e físicas duradouras, fundamentadas em aspectos comuns, como a economia voltada para o extrativismo mineral e a pecuária.

Figura 1: Mapa da Região de Carajás.



Fonte: Monteiro e Silva (2023).

De acordo com Motta & Araja (2001), a rede urbana brasileira é composta pelos centros urbanos que polarizam o território nacional, assim como pelos fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre esses centros e suas áreas rurais adjacentes. Nesta perspectiva, os 32 municípios que compõem a região de Carajás possuem regiões intermediárias com eixos próprios de articulação entre si. Entre estas regiões está a região intermediária de Parauapebas, composta por Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás que demonstram eixo de articulação de rede urbana, ainda que regionalmente polarizados por Marabá.

A centralidade urbana é um fenômeno importante e complexo que envolve fatores econômicos, sociais, espaciais e culturais, desempenhando um papel crucial no funcionamento das cidades. Ela concentra atividades e valores, além de influenciar a configuração espacial urbana. A dinâmica de formação e expansão das cidades tem sido orientada pela lógica de acumulação e reprodução do capital, atendendo aos objetivos de produção, circulação e consumo. Esse processo resulta na concentração de atividades e equipamentos em determinadas áreas do território, refletindo a ação capitalista e criando um núcleo polarizador do capital. Isso se manifesta espacialmente na consolidação do espaço urbano, com ênfase nas condições de acessibilidade e agilidade (LIMA & ROLIM, 2023).

De acordo com Castells (1975), o centro principal de uma cidade concentra um maior número de atrativos, atraindo o fluxo de pessoas (como consumidores e usuários específicos) e funcionando como um espaço intermediário entre os processos de produção e consumo. Embora a proximidade espacial em relação ao centro seja um fator relevante, ela não é o único determinante na utilização dos serviços oferecidos. Isso ocorre porque, mesmo em áreas mais distantes, como os municípios de uma mesma região metropolitana, pode haver influência do centro principal, conforme os estudos do autor.

De acordo com Christaller (1966), as cidades se organizavam em redes baseadas em uma hierarquia de funções e na concentração de atividades, posicionadas de maneira "natural" em locais estratégicos, permitindo um fluxo eficiente de mercadorias, pessoas e capitais. O autor propõe que determinadas funções centrais sejam desempenhadas por um local, seja uma cidade em relação a outras, ou uma área dentro da própria cidade em relação ao seu entorno. A centralidade de um local seria então definida pela intensidade da influência que exerce sobre as áreas vizinhas, podendo ser classificada como crescente ou decrescente.

De acordo com Castells (1975), sob a perspectiva da sociologia urbana, o conceito de centro está associado tanto a um local geográfico quanto a um conteúdo social. Para os urbanistas, ainda segundo o autor, o centro é uma área delimitada da cidade que desempenha um papel integrador e simbólico no ambiente urbano. Ele é o espaço onde se coordenam as atividades urbanas e onde se manifesta a identificação simbólica dessas atividades. O centro funciona como um ponto de convergência para diversos fluxos, influenciados por vários fatores, e é organizado em torno das diferentes unidades urbanas da cidade.

Lima & Rolim (2023), fazem uma análise da extensão das faces de quadra das sedes municipais da região de Carajás, num comparativo de 2010 e 2020. Este estudo mostra que este crescimento se deu majoritariamente em cinco cidades: Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Redenção e Xinguara. Parauapebas alcança o primeiro lugar em 2020, ultrapassado a capital regional Marabá, com um crescimento de 250%. Destacam-se ainda, os municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis, também minerários e participantes da região intermediária de Parauapebas, com o crescimento de 148% e 134%, ocupando, respectivamente, 4^a e 14^a posição no ranking em 2020.

Ainda segundo Lima & Rolim (2023), esses dados reforçam a identificação de uma concentração de interesse em ofertar empreendimentos e lotes urbanos nos municípios que integram os grandes projetos de mineração.

Entre 2010 e 2020, a sede municipal de Parauapebas experimentou um crescimento significativo do perímetro urbano, impulsionado pela criação de loteamentos privados. Estima-se que, apenas pela empresa Buriti Ltda., foram definidos 26.339 lotes em projetos de parcelamento. Enquanto alguns desses loteamentos iniciais não se integraram completamente à cidade, outros passaram a formar bairros adjacentes aos mais antigos. A conversão de terras rurais em urbanas no município faz parte do processo de expansão das atividades relacionadas à exploração do minério de ferro pela Empresa Vale, sendo sustentada pela criação de acessos, especialmente por meio da rodovia PA-275, que passa a estruturar a cidade ao se integrar ao sistema viário interno (LIMA & ROLIM, 2023).

Com o objetivo de analisar a configuração atual e as tendências de evolução da rede urbana do país, o IBGE/IPEA tem realizado, nas últimas décadas, uma série de estudos que visam apresentar as transformações no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras. Além disso, esses estudos buscam contribuir para a definição de estratégias que apoiem a formulação e a execução da política urbana nacional (IBGE; IPEA, 2001).

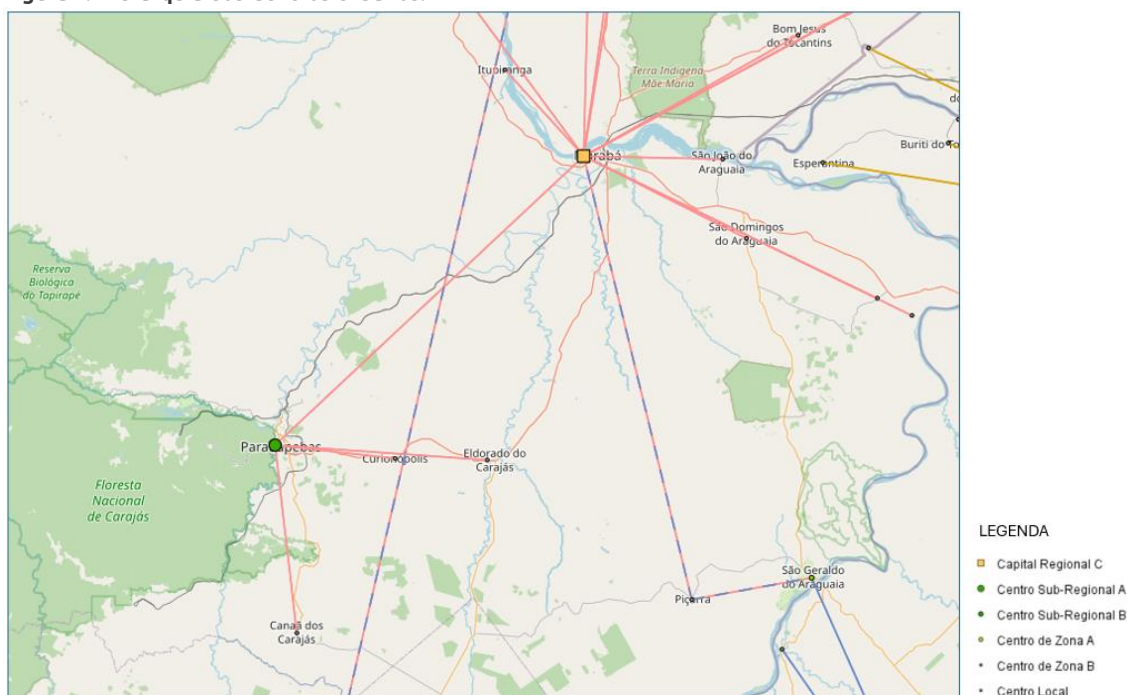
De acordo com Christaller (1933), as cidades desempenham diferentes graus de centralidade com base na quantidade de serviços oferecidos e no número de pessoas atendidas, de forma que seu raio de influência pode variar conforme seu alcance. Em outras palavras, as cidades que concentram bens e serviços centrais ocupam posições hierárquicas mais elevadas na rede urbana, enquanto os aglomerados que oferecem apenas bens e serviços dispersos não são considerados centros urbanos importantes.

O estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), trata de descrever as relações de influência das cidades brasileiras, onde o IBGE considerou cinco níveis hierárquicos: metrópole, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centros locais, denominados de municípios subordinados, levando-se em conta apenas a distribuição de bens e serviços.

Para a região intermediária de Parauapebas temos que, segundo o REGIC (2018), Parauapebas é centro sub-regional A, Canaã dos carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás são centros locais. Marabá, que não faz parte da região intermediária de Parauapebas, é classificada como capital regional C. O mapa a seguir indica a Rede urbana em e hierarquia dos centros urbanos, em 2018, para as cidades supracitadas.

Na figura 03 observa-se a estrutura da rede de Parauapebas, indicando conexões diretas ao centro principal e conexões mediadas por um centro secundário. No mesmo mapa é possível observar a hierarquia dos centros pertencentes a rede e daqueles a ela adjacentes.

Figura 2: Hierarquia dos Centros Urbanos.



Fonte: REGIC, 2018. Adaptador pela Autora.

Segundo o REGIC, o centro sub-regional A, que é o caso de Parauapebas, que compreende cidades que exercem influência preponderante sobre os demais centros próximos, por se distinguir em bens, serviços, movimentos culturais, movimentos políticos etc., sendo o Centro Sub-regional A, caracterizado por possuir média populacional de 120 mil habitantes. Vale ressaltar que o estudo foi realizado em 2018 e publicado em 2020, o que mostra que Parauapebas está muito aquém desta média populacional como veremos posteriormente.

PARAUPEBAS COMO UMA CIDADE MÉDIA EM PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

A cidade de Parauapebas, situada no sudeste do Pará, destaca-se como um importante polo de exploração mineral no Brasil, integrando a Serra dos Carajás, uma das maiores reservas

minerais do mundo. A empresa Vale S/A é a principal responsável pela exploração nessa região, o que contribui para a alta demanda por mão-de-obra no setor.

Embora a presença da empresa incentive o poder público a implementar melhorias no ambiente construído, impulsionando a economia urbana formal e informal desses centros, ampliando seu poder de atração e redirecionando os fluxos de consumo dentro da rede urbana, é importante não ignorar as consequências negativas geradas por esse projeto de modernização.

Conforme o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022, a densidade demográfica de Parauapebas era de 38,90 habitantes por km² e a população de 267.836 habitantes, superando a capital regional Marabá que possuía 266.533 habitantes no mesmo ano. Já as estimativas para 2024 apontam 298.854 habitantes no município, onde a maior parte destes (90,1%) reside na área urbana, reforçando o crescimento da cidade e a concentração populacional relacionados diretamente à mineração e atividades correlatas. Cabe lembrar que a população do município cresceu em uma velocidade surpreendente, passando de 36.498 habitantes em 1991, para 153.908 em 2010. Entre 2010 e 2022, esse município teve um aumento populacional de 4,73%, um dos mais elevados da região sudeste do Pará (IBGE, 2022). O município é considerado um Centro Sub-regional na hierarquia urbana (IBGE, 2020a) e sua área urbana é de 60,3 km² (IBGE, 2020b).

Segundo dados do IBGE (2021), o PIB de Parauapebas é de 48,3 bilhões de reais, o mais elevado dentre os 144 municípios do Pará, com a maior participação sendo da indústria (40,65 bilhões), seguida pelos serviços (7,45 bilhões) e agropecuária (238 milhões). O salário médio dos trabalhadores formais em 2021 é de três salários-mínimos e o percentual da população ocupada é de 35,7% (IBGE, 2024a). O município é cortado pela Estrada de Ferro Carajás, que o conecta ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão. Através dessa ferrovia, todo o minério extraído do subsolo de Parauapebas é transportado, além de ser utilizada para o deslocamento de passageiros.

Parauapebas possui uma área urbanizada 60,30 km², sendo o quinto lugar no ranking estadual, atrás de Marabá. O esgotamento sanitário está em 45,7%, com arborização de vias públicas 30,5% e urbanização de vias públicas 21,8%. O PIB per capita R\$ 227.449,71, terceiro no estado em 2022. Seu IDH é de 0,715.

Em comparação, a capital regional possui área urbanizada 62,49 km², sendo o quarto lugar no ranking estadual. O Esgotamento sanitário é de 31,8%, a arborização de vias públicas 10,8%, e a urbanização de vias públicas 11%. O PIB per capita R\$ 47.010,21 nono no estado.

Segundo o IBGE, as cidades médias são aquelas com uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes, que não fazem parte de regiões metropolitanas e que apresentam um certo nível de desenvolvimento econômico e infraestrutura. Embora o tamanho populacional seja um critério para a definição dessas cidades, não é o fator mais relevante. O aspecto mais importante é que essas cidades tendem a polarizar centros urbanos menores ao seu redor,

exercendo uma influência direta sobre eles e formando um entorno com sua presença econômica e social.

Segundo Holanda (2011), a divisão das cidades em pequenas, médias e grandes é, em geral, uma classificação inicial das aglomerações urbanas, usada tanto de forma empírica quanto para a formulação de tipologias. Nesse contexto, a autora destaca que a definição de cidade média não deve se limitar apenas ao critério populacional, pois esses espaços podem variar de acordo com a região ou estado em que estão localizados.

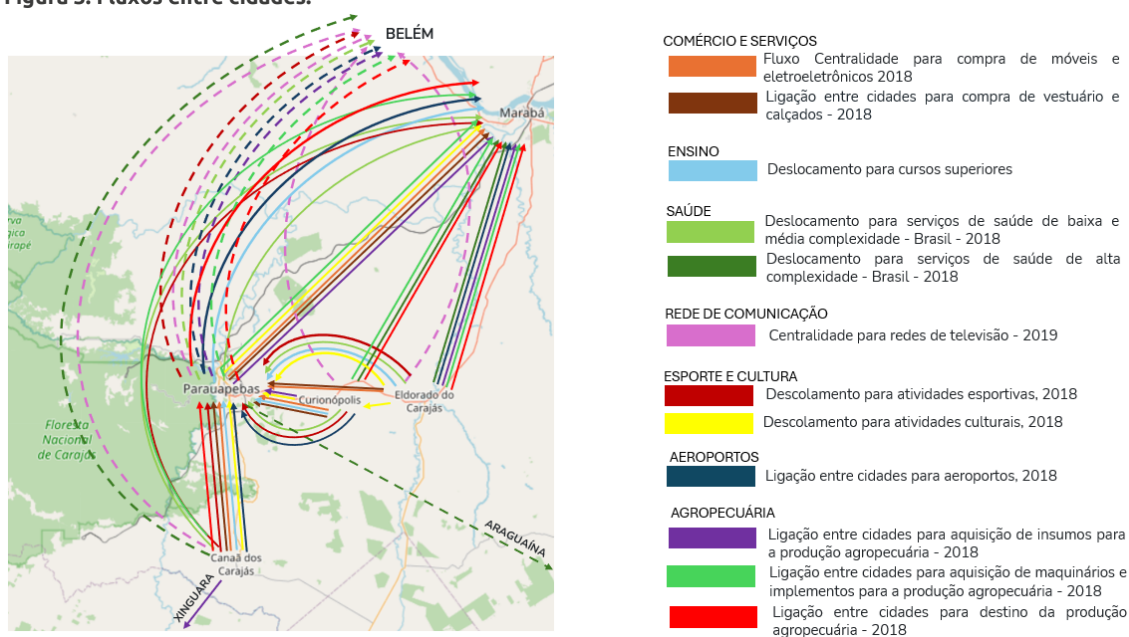
Para Maia (2010), as cidades médias não apenas exibem uma concentração e centralização econômicas significativas, impulsionadas pela confluência de sistemas de transporte, mas também podem ser reconfiguradas com a incorporação de novas atividades do setor agropecuário, o que, por sua vez, redefine a indústria, o comércio e os serviços. Uma das principais características dessas cidades é sua função de intermediação, atuando como um elo articulador entre as grandes cidades e as pequenas cidades, além de integrar até mesmo o meio rural.

Para Castello Branco (2006) ao tratar das cidades médias ou intermediárias no Brasil, alguns aspectos fundamentais são consensuais, como: o tamanho populacional e econômico, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida. Esses fatores são considerados características definidoras desse nível de cidades em todo o território nacional.

Assim, pode-se concluir que, conforme o IBGE e os autores citados, a centralidade é a principal característica dessas cidades, superando o simples critério populacional. Elas exercem uma função essencial de articulação entre os diversos níveis de centros urbanos, servindo como núcleos que oferecem bens e serviços para as regiões ao seu redor. Como já vimos, Parauapebas supera a capital regional em relação à população, e além destes aspectos também carrega consigo funcionalidades e potencialidades que demonstram um processo de metropolização, conforme os aspectos também já especificados e que serão demonstrados segundo os dados do REGIC (2018) mostrando uma rede de fluxos de bens e serviços que colocam Parauapebas como o nó de diferentes tipos de redes.

A imagem abaixo ilustra de maneira a concentrar todos os fluxos de comércio e serviços, de ensino e saúde, redes de comunicação, esporte e cultura, aeroportos e agropecuária, a fim da compreensão da polarização existente na região intermediária de Parauapebas.

Figura 3: Fluxos entre cidades.



Fonte: REGIC, 2018. Elaborado pela Autora.

Embora, notadamente, Marabá exerça polarização superior à Parauapebas, entende-se esta última como aquele nó de ligação, que exerce influência nas cidades vistas como locais, como uma rede hierárquica onde Parauapebas encontra-se em primeiro plano, antes de se chegar à Marabá.

Os dados do REGIC expostos na figura acima, demonstram aspectos da metropolização de Parauapebas. Lencioni (2013), alerta que os hábitos culturais e os valores urbanos próprios da metrópole se difundem para além dela, como por exemplo o fortalecimento das universidades, e a necessidade de consolidar sua posição como cidade prestadora de serviços, assumindo cada vez mais o papel de liderança na região.

Como visto, os deslocamentos das cidades locais (Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado) no quesito ensino, esporte e cultura são para a cidade de Parauapebas. O crescimento do setor educacional, juntamente com as atividades comerciais e a prestação de serviços, contribuiu para o fortalecimento desses centros e expandiu suas áreas de influência. Dessa forma, a centralidade do município se baseia em uma ampla oferta de serviços públicos e privados, além da diversificação de sua função comercial.

Não apenas estes quesitos, mas o comércio, serviços, saúde de baixa e média complexidade e ligação entre cidades para aeroportos também se deslocam no sentido Parauapebas.

No que diz respeito ao número de empresas e outras organizações atuantes, Parauapebas possui, segundo o IBGE (2022) 8.675 unidades, sendo a área dos estabelecimentos agropecuários 87.951 hectares, com o número de estabelecimentos agropecuários de 1.297 estabelecimentos.

Com isso, a cidade tornou-se mais atrativa para o desenvolvimento de atividades produtivas e estimularam, ao mesmo tempo, a vinda de migrantes pobres, ampliando consideravelmente os problemas de desemprego, falta de moradia e de equipamentos de saúde e educação, pois as políticas públicas são insuficientes para atender as demandas dos setores de saneamento básico, saúde e educação. Além do que, não há empregos para todos e a favelização é eminente.

A precariedade de um planejamento urbano consistente, aliada ao crescimento rápido e desorganizado de Parauapebas, resultou em problemas ambientais na cidade e com o aumento expressivo da população se agrava a ocupação do solo desordenada, a destruição da vegetação nativa, gerando deficiências no saneamento básico e levando à poluição dos corpos d'água.

A metropolização traz consigo uma transformação significativa na cultura mercantil e, como mencionado anteriormente, ocorre em diferentes escalas territoriais. Esse processo, que tem um impacto profundo no território, intensifica a homogeneização do espaço, resultando em uma uniformização paisagística, especialmente visível nas grandes cidades, impulsionada pela ação do capital e pela valorização imobiliária (CASTRO, 2023). Em cidades médias como Parauapebas, também é possível observar essa padronização paisagística, presente em espaços de consumo como shoppings, na uniformização de restaurantes de alto padrão e, mais recentemente, no crescimento de bairros elitizados, que seguem padrões estruturais semelhantes.

Com a ascensão do capital imobiliário, Parauapebas passou a vivenciar novos processos ligados ao setor imobiliário e financeiro, com a presença crescente de torres comerciais, condomínios residenciais de luxo e prédios de alto padrão. Embora de forma mais tímida, essa realidade já se faz presente no município, refletindo as transformações econômicas e urbanísticas em curso.

Grande parte dos condomínios de alto padrão erguidos no município possuem um padrão similar aqueles das grandes metrópoles brasileiras, a exemplo do Condomínio Mirante da Serra e o Vista do Vale, que possuem lotes de 360m², no valor de R\$ 200.000,00 e casas de aproximadamente 160m² com valor superior a R\$ 2.000.000,00. Com esse padrão de construção, o valor do m² no bairro cerca de R\$ 5.000. Essa quantia pode ser comparada ao valor do m² em bairros elitizados da capital paraense. Segundo uma reportagem do Jornal Diário do Pará publicada em outubro de 2024, o valor médio do m² em Belém gira em torno de R\$ 7.258,00, em que os bairros de menor e maior valor são de R\$4.953/m², no bairro da campina e de R\$9.803/m² no bairro Umarizal.

Além destes empreendimentos, há também um lançamento em Parauapebas de um prédio residencial da empresa Pinheiro Sereni engenharia, reconhecida pela construção de apartamentos luxuosos nos bairros mais elitizados da capital Belém. Segundo o site da Pinheiro Sereni, o empreendimento denominado Splendori terá apartamentos de 107,80m² a 112,15m², cujos valores estão cotados em R\$ 1.000.000,00.

É interessante notar que esse novo padrão de construção vem atraindo a presença cada vez maior de lojas voltadas para o ramo de móveis projetados (CASTRO, 2023). Não obstante, Parauapebas possui um bairro chamado Polo Moveleiro, o qual concentra atividades de marcenaria, em galpões comerciais.

Ao abordar as principais características da metropolização, Lencioni (2015) destaca que esse processo reflete, simultaneamente, uma fragmentação territorial acentuada e uma segregação social. A organização territorial resultante do modo de produção capitalista favorece uma ocupação desigual, o que se manifesta, por exemplo, na construção de condomínios horizontais fechados e de luxo, que intensificam essa segregação espacial e social.

Segundo Castro (2023), a dimensão cultural da metropolização destaca a presença de um conteúdo simbólico da metrópole em escalas além de sua própria extensão. Nesse contexto, o espaço metropolizado torna-se cada vez mais competitivo para a reprodução do capital, promovendo características homogêneas originadas das metrópoles. Os códigos metropolitanos são então impostos a áreas fora da metrópole, transformando práticas e valores locais por meio da criação de novas infraestruturas, serviços e, principalmente, pelo crescimento do consumo.

A presença de estabelecimentos que simbolizam o estilo de vida das metrópoles, como as conhecidas redes de fast-food e restaurantes de culinárias internacionais, como japonesa e italiana, são reflexos de uma cultura padronizada que revela a estreita conexão entre a metropolização e o processo de globalização (CASTRO, 2023). Nesse contexto, Parauapebas já conta com as redes Burguer King, Subway e Bob's, trazendo esses elementos da cultura urbana global para a cidade.

Observa-se que o processo de metropolização está alcançando áreas cada vez mais afastadas, espalhando a cultura urbana, os valores, as normas e as práticas sociais predominantes nas metrópoles. Isso resulta na disseminação de características metropolitanas em regiões que antes estavam menos influenciadas por essas dinâmicas urbanas (FERREIRA, 2016). Nesse contexto, o município de Parauapebas também se destaca a partir de um elemento importante, a diversificação e ampliação da função comercial.

Dentre as novas lógicas espaciais provocadas pela reestruturação produtiva e uma série de investimentos externos, é possível destacar a implementação de grandes redes de hipermercados (CASTRO, 2023). Com um investimento total de R\$ 30 milhões, a loja Mix Mateus Parauapebas, localizada na rodovia PA 275, chegou ao município em 2015 (NOTÍCIAS PARAUAPEBAS, 2015). Em 2019, com mais de 5 mil m² de área de vendas, Parauapebas recebe a loja do Assaí Atacadista, com investimento de R\$ 40 milhões.

O Grupo Mateus também inaugura no município, em 2016, mais três lojas Eletro Mateus, do segmento de vendas de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e bazar, nos bairros Cidade Nova, Rio Verde e Bairro da Paz. Antes destes, em 2014, a empresa Havan se instalava

em Parauapebas, com o investimento em R\$ 40 milhões no empreendimento. O magazine Luiza instalou-se em 2019 e as Casas Bahia em 2021.

A vivência na Região torna possível constatar empiricamente que estes empreendimentos alcançam uma clientela regional, recebendo consumidores das cidades de Canaã dos Carajás, Eldorado e Curionópolis. Até porque, conforme nos diz Castro (2023), a atração desses consumidores de locais mais distantes é uma das razões pelo qual essas empresas fixam seus estabelecimentos nas principais artérias de saída das cidades.

Embora as distâncias entre as sedes municipais possam representar uma barreira entre as cidades, isso não impede que as interações entre elas aconteçam por meio de deslocamentos pendulares. Essas relações são essenciais para diversas atividades, como compras em hipermercados, lazer, estudos e trabalho, que levam os habitantes de uma cidade a se deslocarem para outras em busca desses serviços e oportunidades.

Dentro dessa dinâmica regional, Parauapebas se destaca como um dos poucos municípios da Região de Carajás a contar com um aeroporto, ao lado da capital regional, Marabá. Localizado no coração da Floresta Carajás, a 18 km do município e a 28,5 km da Mineração da Vale, o Aeroporto de Carajás foi inaugurado pela mineradora em 1981 para atender às suas operações. O terminal de passageiros tem uma área de 883,45 metros quadrados e capacidade para receber até 140 mil passageiros anualmente. O aeroporto faz parte dos 24 terminais do Estado do Pará incluídos no PDAR (Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional), um programa do Governo Federal (AENA, 2024).

Parauapebas mantém uma forte conexão com a exploração mineral, pois abriga, em seu território, uma das maiores corporações do setor, a Vale S.A. A ocupação do solo nos municípios reflete, principalmente, uma dinâmica de uso e ocupação do território vinculada à atividade mineradora. No caso de Parauapebas, as minas de ferro Serra Norte e Serra Sul, duas gigantescas minas a céu aberto, estão em operação. Elas representam de forma clara a realidade da exploração mineral, com uma logística voltada para a exportação dos minérios, evidenciando o impacto desse setor na configuração territorial local (SOUZA, 2024).

Parauapebas surgiu e se desenvolveu em torno do Projeto Ferro Carajás, com seu ritmo de crescimento intimamente ligado ao avanço da extração mineral. A cidade experimentou uma rápida expansão, especialmente devido ao intenso fluxo migratório, com destaque para os maranhenses que se deslocaram para a região durante a construção da ferrovia de Carajás. Esse movimento populacional impulsionou a criação de muitos bairros na cidade, refletindo diretamente a dinâmica do setor mineral e a necessidade de habitação para os trabalhadores e suas famílias (SILVA, 2003).

De acordo com os dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2023), Parauapebas ocupa a segunda posição entre os municípios em termos de arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), conhecidos como royalties da mineração. Isso reflete a importância da cidade no setor mineral, especialmente

devido à presença de grandes minas de ferro, como as de Serra Norte e Serra Sul, que geram uma significativa contribuição financeira para o município.

Atualmente, o estado do Pará é o maior exportador de minério do Brasil. Segundo o Boletim Econômico Mineral do Pará, divulgado pelo Sindicato das Indústrias Minerárias do Pará (SIMINERAL), em 2020, o estado foi responsável por 34% da exportação de minérios no país. Esse dado ilustra a importância da mineração para a economia do Pará, além de evidenciar seu papel crucial na economia nacional (SOUZA, 2024).

O estado do Pará se destaca principalmente na produção de ferro, bauxita, cobre e caulim, além de ser um grande produtor de manganês, níquel, calcário, ouro, gemas e outros minérios utilizados na construção civil. Em 2019, cerca de 90% das exportações do estado vieram da indústria extrativa mineral. Os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, localizados na região Sudeste do Pará, são os maiores arrecadadores de recursos da Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerários (CFEM) em todo o Brasil (SOUZA, 2024).

Em 2020, nos municípios paraenses de Parauapebas e Canaã dos Carajás, a Vale S.A. obteve um faturamento bruto de R\$ 79 bilhões. Esses dois municípios são os maiores centros de operações mineradoras do Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Mineração. O complexo de Carajás é o principal ativo da Vale S.A., destacando-se no mercado internacional devido às suas altas taxas de produtividade e à elevada qualidade do minério de ferro extraído, que apresenta, em média, 67% de teor (SOUZA, 2024).

Assim, pelo exposto, Parauapebas também integra desde cedo a lógica do capital global, a partir do seu potencial minerário, que faz evidenciar seu estágio do seu processo de urbanização. Trata-se de um ciclo, associado a outros dois processos (globalização e reestruturação produtiva) que vem provocando mudanças significativas, decorrentes da intensidade do fluxo de pessoas, mercadorias e capitais, da ampliação e diversidade comercial, bem como, do crescimento das atividades de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme sabe-se, a Amazônia tem passado por sucessivas ondas de intervenção e ocupação, principalmente impulsionadas pelos ciclos econômicos e pela lógica capitalista. Desde o início da colonização, a região foi moldada pela introdução de paradigmas produtivos e desenvolvimento, voltados principalmente para a exportação de recursos naturais.

Na segunda metade do século XX, com a expansão da fronteira agrícola e a implementação de grandes projetos industriais e de infraestrutura (como rodovias e ferrovias), a Amazônia passou a integrar-se mais fortemente na economia nacional. Essa nova fase de ocupação transformou a configuração do território, especialmente pela criação de cidades médias e grandes, antes conectadas de maneira mais fragmentada e isolada. Um exemplo claro dessa reorganização regional é a rede urbana da Região de Carajás, que conta com a cidade de Marabá como núcleo central e inclui municípios como Parauapebas, Curionópolis, Eldorado

dos Carajás e Canaã dos Carajás, destacados principalmente pela mineração e pecuária e que fazem parte da Região Intermediária de Parauapebas.

Parauapebas, em especial, tem mostrado um crescimento notável, impulsionado pelos grandes projetos de mineração e pela presença da empresa Vale. Entre 2010 e 2020, a cidade registrou um aumento significativo na expansão do perímetro urbano, superando até mesmo Marabá. Esse processo foi alimentado pela criação de loteamentos urbanos e pela conversão de áreas rurais em urbanas, suportados pela infraestrutura rodoviária que facilita o escoamento e a integração econômica da região.

A cidade se tornou um polo de atração para migrantes e investimentos, principalmente pela sua relevância no setor mineral, o que promoveu avanços em infraestrutura e serviços, reforçando sua posição de centralidade na região.

No entanto, o desenvolvimento acelerado trouxe também problemas de infraestrutura, aumento de desigualdade social e segregação espacial. O crescimento desordenado, com demandas crescentes por saneamento, moradia e saúde, expõe a carência de políticas públicas que acompanhem o ritmo da expansão urbana. Adicionalmente, o avanço do setor imobiliário e a padronização do espaço urbano refletem um fenômeno de metropolização, em que Parauapebas assume características típicas de centros maiores, como a presença de redes de comércio e serviços globais.

Essa rede urbana estruturada e hierarquizada é analisada por meio de estudos como o REGIC (Regiões de Influência das Cidades), que classifica Parauapebas como um "Centro Sub-regional A", demonstrando sua capacidade de polarizar a região intermediária e de exercer influência em termos de bens, serviços e atividades culturais e políticas. Apesar de a cidade ainda estar abaixo da média populacional estipulada para centros dessa categoria, a tendência é que sua influência e centralidade aumentem conforme o desenvolvimento e a expansão urbana e industrial se consolidam na região.

Assim, esta cidade, embora menor em polarização que Marabá, exerce influência sobre municípios vizinhos, assumindo um papel intermediador no acesso a serviços de educação, comércio e cultura. Esse status reforça sua importância regional e o desafio de equilibrar o crescimento econômico com a preservação da qualidade de vida e do ambiente natural.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. (2013). Cidades Amazônicas: Surtos Econômicos e Perspectivas. Espaço Aberto, 3 (1), 7-18. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2013.2098>.

CASTRO, Francisca Fernanda Batista de. Metropolização para além Metrópole: Um estudo sobre as Regiões Metropolitanas Do Cariri E De Sobral – Ce. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. FORTALEZA – CE 2023.

- Castells, M. (1975). A questão urbana. Lisboa: Sociedade Editorial e Distribuidora Ltda.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CLEMENTINO, M. L. M. Regiões metropolitanas no Brasil: visões do presente e do futuro. In: Colóquio Internacional de Geocrítica las utopías y la construcción de la sociedad del futuro, 14., 2016. Barcelona. Anais... Barcelona: 2016.
- COSTA, M. A; FAVARÃO, C. B; TAVARES, S; JUNIOR, C. B. Do processo de metropolização institucional à implementação do Estatuto da Metrópole: dois balanços, suas expectativas e incertezas. In: MARGUTI, B. O; COSTA, M. A; FAVARÃO, C. B. (Orgs.) Brasil Metropolitano em foco: Desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Brasília: Ipea, 2018. p. 19-53.
- Christaller, W. (1966). Central places in southern Germany (C. W. Baskin, Trad.). Nova Jersey: Prentice-Hall
- FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). Desafios da metropolização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. Cidades médias do Ceará, Estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2011, Costa Rica. Anais... Costa Rica, 2011.
- LENCIONI, S. Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.
- LEOPOLDO, E. Financeirização Imobiliária e Metropolização Regional: o Alphaville na implosão-explosão da metrópole. 2017. 500 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LIMA, J. J. F. e ROLIM, L. F. (2023). A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020. In M. A. Monteiro (Ed.), Amazônia: a região de Carajás (pp. 417-439). Belém: NAEA.
- MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. LOPES, D. M. F; HENRIQUE, W (orgs). Salvador: SEI, 2010.
- MONTEIRO, M. A. e SILVA, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), Amazônia: a região de Carajás (pp. 17-34). Belém: NAEA.

MOURA, R; DELGADO, P. R; DESCHAMPS, M. V; CARDOSO, N. A. Brasil Metropolitano: uma configuração heterogênea. Revista Paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n.105, p. 33-56, jul./dez. 2003.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MOTTA, D. M; AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

SANTOS FILHO, C. Regiões Metropolitanas de Alagoas: entre os motivos da institucionalização e a dinâmica da integração. 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

_____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. C. X. (org.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 51-60.

TRINDADE JUNIOR, S.-C. C. D. (2015). Thinking about territorial modernization and diffuse urbanization in the Amazon. Mercator, 14 (4), 93-106. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2015.1404.0007>